UNIVERSIDADE ABERTA
www.uab.pt

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO AUTÁRQUICA E MODERNIZAÇÃO: OS NOVOS DESAFIOS DO PODER LOCAL

GUIA DE CURSO **2021 | 2022**
10.ª edição

alv Aprendizagem ao Longo da Vida

HOMOLOGADO | VICE-REITOR
Assinado por : **JOSÉ DAS CANDEIAS MONTES SALES**
Num. de Identificação: BI062396250
Data: 2021.07.05 11:08:13+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

Coordenador
Fernando Caetano | fernando.caetano@uab.pt

Vice-coordenador
Mário do Carmo | marifcarmo@gmail.com

Contactos para Informações

Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida [UALV] | alv.info@uab.pt

ÍNDICE

1. Introdução
2. Enquadramento
3. Objetivos
4. Competências
5. Destinatários
6. Condições de Acesso
7. Pré-requisitos para a Frequência do Curso
8. Metodologia de Ensino
9. Estrutura Curricular e Plano de Estudos
10. Unidades Curriculares
11. Avaliação e Classificação Final
12. Diploma
13. Docentes – CV resumido
14. Coordenação do Curso

1. INTRODUÇÃO

Pioneira no ensino superior a distância em Portugal, a Universidade Aberta (UAb), ao longo da sua existência, tem promovido ações relacionadas com a formação superior e a formação contínua, contribuindo igualmente para a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas, com especial relevo nos países e comunidades lusófonos.

A UAb tem procurado, particularmente, incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos de 1.º, 2.º e 3.º ciclos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma assumida filosofia de prestação de serviço público.

Os docentes e investigadores da UAb têm desenvolvido atividades de investigação científica através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, concebendo e produzindo materiais pedagógicos nas áreas da tecnologia do ensino e da formação a distância e da comunicação educacional multimédia.

A oferta de ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) da Universidade Aberta é também suportada na Internet e recorre à plataforma informática Moodle, sendo desenvolvido em regime de ensino a distância online, assíncrono, com tutoria ativa e permanente, nomeadamente através de fóruns de discussão.

O ensino a distância é uma modalidade de ensino-aprendizagem que nasceu no final do século XIX, que a rápida evolução das telecomunicações e da informática veio alterar radicalmente, acrescentando novas e importantes potencialidades que fazem dele o regime de ensino do futuro.

A atual expansão da Internet e da *Word Wide Web* (*WWW*) e o desenvolvimento ainda mais recente dos programas informáticos de gestão do ensino-aprendizagem vieram, de facto, modificar o panorama do ensino a distância, permitindo a criação de espaços virtuais de ensino com designações diversas (centro de ensino virtual, escola virtual, etc.), onde a palavra «virtual» apenas significa que esses espaços não têm implantação e realidade físicas palpáveis.

É no espaço virtual de formação/aprendizagem da UAb que se vai desenvolver o curso de pós-graduação em Administração e Políticas Públicas, o qual a seguir se apresenta com maior detalhe e que se justifica por três razões principais:

- A renovação recente em curso dos desafios e das abordagens científicas, técnicas e políticas neste domínio do conhecimento e de intervenção;

- O facto de o curso dispor de um núcleo de investigadores de reconhecida competência científica e técnica nesta área, dado o conhecimento acumulado através de atividades de investigação e de intervenção profissional que desenvolveram nas últimas décadas neste domínio;
- A adequação do espaço virtual e metodologias de formação/aprendizagem da UAb a um curso de pós-graduação num domínio cujo público-alvo é, necessariamente, constituído por profissionais atuantes em diversos territórios geograficamente distantes uns dos outros.

2. ENQUADRAMENTO

A reforma e a modernização do poder local exigem a proximidade com os cidadãos e a descentralização administrativa. Além disso, comporta vetores estratégicos destinados a responsabilizar as autarquias locais e o governo central na afetação de recursos destinados ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental das várias regiões do país, cuja implementação deve orientar-se pelos princípios da subsidiariedade, de descentralização, da reforma administrativa, do aprofundamento do municipalismo, do reforço das competências das Associações de Municípios, e pela promoção da coesão e competitividade territorial.

Com efeito, a rápida alteração dos circuitos de vida dos cidadãos a nível social, económico, tecnológico e político impõe às administrações autárquicas novos desafios e debates sobre as fronteiras que balizam a administração central e local, num momento difícil que o país atravessa e que a todos exige esforço e empenhamento pessoais.

Neste contexto, a aprendizagem ao longo da vida é uma excelente ferramenta para apoiar as autarquias locais em alcançar elevados níveis de desempenho, o que passa por assegurar a formação dos seus quadros superiores, dos eleitos, dos gestores autárquicos e dos profissionais que lidam com a administração autárquica, cuja autuação no terreno depende, em muito, da sua formação profissional e tem reflexo direto no contexto social da comunidade em que operam.

A pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização Administrativa: Os Novos Desafios do Poder Local procura justamente responder às exigências de uma Administração Autárquica cada vez mais atualizada com maior rigor e responsabilização na gestão dos recursos públicos, na difusão do conhecimento, na modernização e

reforma administrativa, na qualificação da administração autárquica e no bem-estar da comunidade, no planeamento e gestão do território, na recuperação e reconversão urbanísticas e criteriosa gestão financeira, no direito do ambiente e sustentabilidade ambiental, o património, a ciência e a cultura, a ação social, as novas políticas de integração, que no seu todo constituem preocupações a merecer atenção prioritária dos responsáveis autárquicos, razões bastantes para lhe dar o devido destaque na definição do plano de estudos da presente pós-graduação.

Neste contexto, a Universidade Aberta, consciente de que também ela, como instituição pública de ensino e formação, tem responsabilidades no desenvolvimento de todas as estratégias que visem melhorar as condições de trabalho e desta forma melhorar a produtividade e a competitividade das autarquias e do poder municipal, organiza e oferece o presente curso, a desenvolver em regime de e-learning, na certeza de que ele responderá a uma preocupação crescente das entidades diretamente envolvidas na sua gestão.

3. OBJETIVOS

- Desenvolver competências de formação avançada aos futuros autarcas e profissionais das autarquias nas áreas de administração e do direito autárquico, da gestão dos recursos humanos, gestão pública, contabilidade, ambiente, educação, desporto, gestão financeira, património, ciência e cultura, ação social, proteção civil;
- Formar e capacitar os trabalhadores das autarquias locais através da formação e aperfeiçoamento técnico e científico, com vista a ocupação de cargos especializados de gestão pública e administração autárquica;
- Promover a excelência da formação avançada em modernização administrativa, face aos novos desafios e competências do poder local.

4. COMPETÊNCIAS

No final da ação de formação, os formandos devem ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades que os habilitem a:

- Desenvolver as capacidades de gestão e de liderança autárquica necessárias aos novos contextos de modernização administrativa em que as autarquias se inserem;

- Mobilizar os conhecimentos relativos aos instrumentos teóricos e metodológicos necessários para o desempenho das funções de autarcas;
- Identificar e utilizar instrumentos tecnológicos e técnicos necessários para uma administração e gestão autárquica eficiente e moderna;
- elaborar e utilizar instrumentos diversificados para o desempenho das suas funções profissionais;
- Desenvolver uma atitude crítica de reflexão pessoal e profissional conducente a um processo de autoformação que se enquadre numa perspetiva de gestão e aperfeiçoamento profissional permanente;
- Adquirir competência para o exercício de funções de liderança, como autodisciplina, espírito de iniciativa, gestão de conflitos, gestão dos recursos humanos;
- Adquirir competência para o exercício de funções nas áreas de administração e do direito das Autarquias Locais, da gestão dos recursos humanos, gestão pública, contabilidade, ambiente, educação, desporto, gestão financeira, património, ciência e cultura, ação social, proteção civil, numa ótica de especialização na administração autárquica.

5. DESTINATÁRIOS

São destinatários deste curso:

- Autarcas e potenciais candidatos às autarquias, técnicos superiores da Administração Local que aspirem ao exercício de funções dirigentes e necessitem do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais;
- Atuais dirigentes, envolvidos em processos de renovação das suas comissões de serviço, que pretendam desenvolver as suas competências;
- Outros, com especial interesse na gestão das autarquias, que desejem obter vantagem competitiva através do acesso às mais avançadas práticas gestionárias.

6. CONDIÇÕES DE ACESSO

Este curso rege-se pelo Regulamento da oferta educativa da Universidade Aberta.

Podem candidatar-se a este curso de Pós-Graduação:

a) as/os titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;

b) as/os titulares de um grau académico superior, obtido no estrangeiro, que tenha sido conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos, organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha, por um Estado aderente a este Processo;

c) as/os titulares de um grau académico superior obtido no estrangeiro que seja reconhecido, pelo Conselho Científico da UAb, como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado.;

d) as/os detentoras/es de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Universidade Aberta como satisfazendo os objetivos e as capacidades necessárias para a realização deste ciclo de estudos.

7. PRÉ-REQUISITOS PARA A FREQUÊNCIA DO CURSO

Tratando-se de um curso de ensino a distância na modalidade de e-learning, a sua frequência exige que as/os candidatas/os tenham acesso a computador com ligação à Internet e possuam conhecimentos de informática, na ótica do utilizador, incluindo de navegação na Internet.

[É também aconselhável a competência de leitura de textos em língua inglesa.]

8. METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades de ensino-aprendizagem são realizadas em regime de ensino a distância, em ambiente completamente virtual com recurso a uma plataforma de e-learning. O primeiro semestre é antecedido por um módulo inicial de Ambientação Online com a duração de uma semana, com o objetivo de permitir que as/os estudantes se familiarizem com o ambiente de trabalho da PlataformAbERTA da Universidade Aberta e adquiram competências fundamentais de comunicação online e competências sociais necessárias à construção de uma comunidade de aprendizagem virtual.

Na Pós-Graduação em Administração e Políticas Públicas é adotado o Modelo Pedagógico Virtual da Universidade Aberta, para o 2.º ciclo de estudos superiores. Este modelo orienta-se pelos seguintes princípios:

- Ensino centrado no estudante, o que significa que ele é ativo e responsável pela construção de conhecimento.

- Ensino baseado na flexibilidade de acesso à aprendizagem (conteúdos e atividades), o que significa a ausência de imperativos temporais ou espaciais. Este princípio concretiza-se na primazia da comunicação assíncrona, o que permite a não-coincidência de espaço e não-coincidência de tempo, já que a comunicação e a interação se processam à medida que é conveniente para o estudante, possibilitando-lhe tempo para ler, processar a informação, refletir, dialogar e interagir.
- Ensino baseado na interação diversificada quer entre estudante-docente quer entre estudante-estudante, quer ainda entre o estudante e os recursos. Este princípio concretiza-se em dispositivos de comunicação variados que o docente planeia e concebe de acordo com a sua estratégia pedagógica.
- Ensino promotor de inclusão digital, entendida como a facilitação da utilização das Tecnologias de Informação e da Comunicação, como também o desenvolvimento de competências para a análise e produção de informação digital. Estes princípios são implementados com recurso a dois elementos fundamentais no processo de aprendizagem:

  A Classe Virtual – A/O estudante integra uma turma virtual onde têm acesso as/os professoras/es do Curso e as/os restantes estudantes. As atividades de aprendizagem ocorrem neste espaço e são realizadas online, agregando uma série de recursos, distribuídos por diversos momentos de trabalho coletivo e pela interação entre professor(a)-estudante e estudante-estudante. A comunicação é essencialmente assíncrona e, por isso, baseada na escrita. No processo de aprendizagem, e quando se justifique, podem ainda ser utilizados instrumentos de comunicação síncrona, como a videoconferência, com recurso à plataforma Colibri.

  O Contrato de Aprendizagem – O/A professor(a) de cada unidade curricular propõe à turma um contrato de aprendizagem, no qual está definido um percurso de trabalho para o semestre letivo, apoiando-se na autoaprendizagem e na aprendizagem colaborativa entre estudantes. Com base nos materiais de aprendizagem disponibilizados ou indicados na bibliografia, o/a professor(a) da unidade curricular organiza e delimita os períodos de autoaprendizagem e reflexão individual, os quais são seguidos pela realização de atividades e períodos de interação diversificada na turma virtual.

9. ESTRUTURA CURRICULAR E PLANO DE ESTUDOS

O Curso de Pós-Graduação em Administração e Politicas Públicas (60 ECTS) está estruturado em dois semestres letivos com 8 unidades curriculares (UC) obrigatórias, precedidas do módulo Integração e Ambientação ao Contexto do e-learning, com os conteúdos específicos que a seguir se indicam.

[O formando deve frequentar as 8 UC obrigatórias, para cada semestre, a fim de perfazer um total de 8 UC, ou seja, 60 ECTS.]

1.º SEMESTRE			
UNIDADES CURRICULARES	**TIPO**	**ECTS**	**OBSERVAÇÕES**
Municipalismo e Poder Local | 195 h	Semestral	7,5	Obrigatória
Finanças e Contabilidade para as Autarquias Locais | 195 h	Semestral	7,5	Obrigatória
Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Autárquica | 195 h	Semestral	7,5	Obrigatória
Modernização Administrativa | 195 h	Semestral	7,5	Obrigatória
2.º SEMESTRE			
UNIDADES CURRICULARES	**TIPO**	**ECTS**	**OBSERVAÇÕES**
Regime Jurídico das Autarquias Locais | 196 h	Semestral	7,5	Obrigatória
Educação, Cultura e Desporto | 195 h	Semestral	7,5	Obrigatória
Gestão de Recursos Humanos e Liderança | 195 h	Semestral	7,5	Obrigatória
Ordenamento do Território, Planeamento e Sustentabilidade | 195 h	Semestral	7,5	Obrigatória

MÓDULO: AMBIENTAÇÃO AO CONTEXTO DO E-LEARNING | 16 HORAS

Formador: Coordenação do curso

Sinopse:

O módulo de Ambientação ao e-learning tem por objetivo a socialização dos participantes e a criação de “um grupo” de trabalho, a familiarização com a utilização do software de gestão do curso, de forma a se adquirirem as competências necessárias à exploração eficaz de todas as suas funcionalidades de intercomunicação, em especial as assíncronas, necessárias à frequência do curso.

Os estudantes que já realizaram outras formações na Universidade Aberta ficam dispensados da frequência deste módulo.

10. UNIDADES CURRICULARES

1.º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES

MUNICIPALISMO E PODER LOCAL [195 H | 7,5 ECTS]
DOCENTE: Mário do Carmo (Ph.D)

FINANÇAS E CONTABILIDADE PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS [195 H |7,5 ECTS]
DOCENTE: Vasco Leite (Ph.D)

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA [195 H | 7,5 ECTS]
DOCENTE: Susana Oliveira (Ph.D)

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA [195 H | 7,5 ECTS]
DOCENTE: Pedro Nunes (PH.D)

2.º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES

REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS [195 H | 7,5 ECTS]
DOCENTE: José Fontes (Ph.D)

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO [195 H | 7,5 ECTS]
DOCENTE: Mário do Carmo (Ph.D)

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIDERANÇA [195 H | 7,5 ECTS]
DOCENTE: Pedro Nunes (Ph.D)

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, PLANEAMENTO E SUSTENTABILIDADE [195 H | 7,5 ECTS]
DOCENTE: Célia Ferreira (Ph.D)

11. AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

As unidades curriculares do curso adotam o modelo de avaliação contínua, com uma ponderação de 60% da nota final, sendo a classificação final dos formandos o resultado do trabalho desenvolvido ao longo dos trimestres, nomeadamente, a participação nos fóruns e a realização de atividades de avaliação, designadamente, a elaboração e apresentação de trabalhos individuais e em grupo.

Como regra, cada unidade curricular considera um trabalho final individual, com ponderação não inferior a 40% na classificação final.

A conclusão do curso requer a aprovação em todas as unidades curriculares, com uma classificação igual ou superior a 10 valores, sendo reconhecida com a atribuição de um Diploma de Estudos Pós-Graduados em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local. A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores e corresponderá à média das classificações em cada unidade curricular, arredondada às unidades.

12. DIPLOMA

Após a conclusão com aproveitamento das unidades curriculares o curso é certificado por um Diploma de Estudos Pós-Graduados em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local, conferido pela Universidade Aberta.

13. DOCENTES – CV RESUMIDO

UNIDADE CURRICULAR	DOCENTE(S)
Municipalismo e Poder Local	Mário do Carmo
Finanças e Contabilidade para as Autarquias Locais	Vasco Leite
Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Autárquica	Susana Oliveira
Modernização Administrativa	Pedro Nunes
Regime Jurídico das Autarquias Locais	José Fontes
Educação, Cultura e Desporto	Mário do Carmo
Gestão de Recursos Humanos e Liderança	Pedro Nunes
Ordenamento do Território, Planeamento e Sustentabilidade	Célia Ferreira

COORDENAÇÃO

Fernando Caetano

Docente da Universidade Aberta (UAb), é doutorado (2006) e mestre (1996) em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa e licenciado (1990) em Química Tecnológica, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Portugal. É atualmente o Diretor da Unidade para a Aprendizagem ao Longo

da Vida da Universidade Aberta e é membro do Conselho de Gestão da UAb onde também exerceu os cargos de Vice-presidente do Conselho Científico da UAb, Diretor do Departamento de Ciências e Tecnologias (DCeT); foi membro do Conselho Geral, coordenador de cursos de 1.º ciclo e pós-graduação, entre outras.

É membro integrado do Centro de Química Estrutural (CQE) no Instituto Superior Técnico e membro da International Association for Transport Properties (IATP), uma associação científica internacional.

Mário do Carmo

Licenciou-se em História (1984), concluiu o mestrado em História Regional e Local (1999) e doutorou-se em História Contemporânea (2006), pela Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras. Exerceu funções públicas em vários ministérios e organismos públicos: assessor da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (1988--1998); Diretor Adjunto do Estabelecimento Prisional de Tires (1997-1998) e do Hospital Prisional de Caxias (1999); investigador sabático no INA (2000-2002) e atualmente é investigador no Centro de História da Universidade de Lisboa; coordenador/formador no INA nos cursos de Caça, Desenvolvimento Rural e Turismo da Natureza; Rede Natura 2000. Temas e Problemas do Século XXI. No âmbito das competências do Gabinete de Assuntos Europeus (INA) coordenou uma ação de formação aos técnicos do IFADAP-INGA sobre Políticas de Gestão de Caça (2004);assessor do Diretor-geral das Florestas (2006/2008); assessor no Ministério da Justiça (2008/2009); Secretaria Geral da Educação e Ciência, coordenou projetos de investigação na área dos perfis de competências profissionais e do E-Learning; Universidade Aberta, UALV, coordenou os Cursos de Gestão da Caça e do Espaço Rural e das Doenças das Espécies Cinegéticas: Prevenção e Segurança Alimentar da Universidade Aberta (UAb).

Atualmente é formador na UAb e coordena as Pós-graduações em Gestão Autárquica e Modernização e Administração e Políticas Públicas.

Na atividade privada:

- em regime de acumulação de funções docentes, foi professor na Universidade Moderna (1990-2004) nos cursos de Organização e Gestão de Empresas, Investigação Social Aplicada e Psicopedagogia Curativa; na mesma universidade, coordenou a pós-graduação em Gestão da Caça e Turismo da Natureza (2003-2004).

É autor de diversos trabalhos/artigos científicos na área do mundo rural.

OUTROS FORMADORES

José Fontes

Catedrático (2019) e doutor em Ciências Políticas (2004), mestre em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas (1998) e licenciado em Direito (1994). Professor Catedrático convidado na Academia Militar. Investigador científico integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP (Universidade Técnica de Lisboa). Investigador do Instituto do Oriente, do CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar e do Observatório Político – Plataforma de Investigação em Estudos Políticos/ FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Eleito Académico Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (2011). Diretor do Instituto de Segurança e Defesa. Exerceu as funções de secretário-geral do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Autor de vários livros e artigos designadamente sobre Ciência Política, Direito Constitucional, Administração Pública e Direito Administrativo.

Pedro Nunes

Professor Coordenador com Agregação da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Doutor em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE-IUL, Lisboa (2003). Agregado em Ciências Empresariais, especialidade de Gestão, pela Faculdade de Ciências Económicas da UFP, Porto (2013). Mestre em Administração e Planeamento pela UPT – Porto (1995). Licenciatura em Gestão, opção Administração Pública e Autárquica e Curso Superior de Administração Autárquica (1993). Investigador Integrado no CEPESE (Centro Investigação de Economia e Sociedade) da Universidade do Porto e do Applied Management Research Unit (UNIAG). Cargos Exercidos: Presidente do Conselho Coordenador de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; Presidente do Conselho Científico; Presidente do Conselho Pedagógico; Presidente da Comissão de elaboração do Relatório sobre a Implementação do Processo de Bolonha; Diretor da Revista Científica Review of Applied Management Studies – Journal – Elsevier; Membro do Conselho Científico; Membro do Conselho Pedagógico; Diretor do Departamento de Gestão; Coordenador do Grupo Disciplinar de Economia, Gestão e Administração Pública¸ Presidente da Comissão Especializada de Ciências Económicas e Empresariais do CCISP; Perito e Presidente de Comissões de Avaliação de Ciclos de Estudo (A3ES) desde Maio de 2011; Diretor do Mestrado em Gestão das Organizações; Diretor da Licenciatura em Gestão Pública; Membro de Conselho Científico de revistas

científicas nacionais e internacionais; autor de publicações nacionais e internacionais; Membro de júri de dissertações e teses de mestrado e doutoramento; membro de júris de avaliação de capacidade pedagógica e científica de pessoal docente, de provas de especialista e de concursos de pessoal docente.

Vasco Leite

Licenciado em Economia (2003). Doutorado em Economia, com especialização em Economia Regional, pela Universidade do Porto (2010). Atualmente exerce funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Região do Norte na Divisão de Desenvolvimento Regional, com competências na programação e avaliação dos Quadros Comunitários de Apoio. É professor convidado do ensino universitário e politécnico desde 2010, sendo membro do editorial da revista científica Geopolitics under Globalization. Tem artigos publicados na revista Portuguese Economic Journal e na Annals of Regional Science, e em capítulos de livros académicos. Investigador em projectos de I&D financiados pela FCT na área das Economias da Aglomeração. Júri de dissertações e de teses de mestrado na Faculdade de Economia do Porto e membro permanente em grupos de acompanhamento relativos à avaliação de políticas no âmbito do Portugal 2020. Colabora ainda na elaboração das revistas trimestrais Norte Conjuntura e Norte Estrutura, editadas pela CCDR-N, as quais retratam a evolução da economia da Região do Norte no curto e no longo prazo.

Susana Maria Oliveira e Silva

Professora convidada do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Doutoranda parte curricular concluída, do programa Doutoral em Contabilidade da Universidade do Minho e Universidade de Aveiro. Título de especialista, na área científica de Contabilidade Pública pela Ordem dos Técnicos Oficias de Contas (OTOC) em 2013. Título de especialista, com provas públicas, na área científica de Contabilidade Pública, com tese defendida em março de 2012, atribuído pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Pós-Graduação sobre o “Novo Sistema de Normalização Contabilístico das Administrações Públicas (SNC-AP)” pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Mestrado em Contabilidade e Auditoria, pela Universidade do Minho, concluído em 2007. Na atualidade Técnica Superior do Quadro dos Serviços de Acão Social da Universidade do Minho. De outubro de 2009 a dezembro de 2018 diretora de serviços do departamento administrativo de financeiro dos Serviços de Acão Social da Universidade do Minho. De janeiro a outubro de 2009, administradora do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA). - Coautora

do livro “POC-Educação - Explicado”, Edição Rei dos Livros, dep. Legal 165320/01, ISBN 972-51-0982-1, de 2002. Formadora em várias entidades públicas e privadas.

Célia Dias Ferreira

Licenciada em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro (1997) e doutorada pela Universidade Técnica da Dinamarca em Tratamento de Resíduos (2005).

Professora auxiliar na Universidade Aberta e coordenadora do Grupo de Investigação Ambiente e Sociedade no centro de investigação CERNAS. É membro da Ordem dos Engenheiros e da Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente. É autora de mais de 80 trabalhos publicados em revistas internacionais de cariz científico e autora de vários capítulos de livro. Organizou vários eventos nacionais e internacionais e foi membro da comissão científicas de várias conferências internacionais. É avaliadora para Fundações Científicas e Universidades em concursos de projetos de investigação (União Europeia, Áustria, Chile, Holanda e a República do Cazaquistão). Foi orientadora de mais de 60 alunos de licenciatura, mestrado e doutoramento assim como de bolseiros de investigação. Coordena e participa em vários projetos de investigação nacionais e internacionais e de consultoria.

Em março 2016 foi distinguida como uma das 103 “Mulheres na Ciência”, iniciativa da Ciência Viva que prestou homenagem às mulheres cientistas portuguesas “cujo trabalho notável tem sido fundam

14. COORDENAÇÃO DO CURSO

[Fernando Caetano/ Mário do Carmo]

A coordenação do curso é responsável, nomeadamente, por:

a) superintender aos processos de seleção de candidatas/os;

b) coordenar a organização e atualização de um dossier de curso, contendo os dados das/os estudantes inscritos, os Contratos de Aprendizagem das diversas unidades curriculares que compõem o curso e demais documentos inerentes ao seu funcionamento;

c) organizar e dinamizar um módulo de ambientação online para as/os estudantes admitidas/os e que não tenham uma frequência anterior na Universidade;

d) organizar e dinamizar um espaço de socialização online aberto a toda/os as/os estudantes e docentes do curso; este espaço desempenha as funções de local.

UNIVERSIDADE ABERTA
www.uab.pt